

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 3 DE ABRIL DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

2.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOAO FADEL	ARENA
JOAO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRÜGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — Wilson Fortes.

1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.

2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).

1.º SECRETÁRIO — Ivo Thomazoni.

2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.

3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).

4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 137/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.158/71, de 26 de outubro de 1.971, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Ruy Ribas de Oliveira, ocupante do cargo de nível "PL-23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de vinte por cento (20%), a partir de 1.º de dezembro de 1.971, data em que completou vinte (20) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 3 de abril de 1.972

a) Wilson Fortes — Presidente

a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário

a) Quielse Crisóstomo da Silva — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 138/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 960/72, de 24 de fevereiro de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Aristeu Berger, ocupante do cargo de nível "PL-30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria des-

ta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1.968 e 1.970, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 3 de abril de 1.972

a) Wilson Fortes — Presidente

a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário

a) Quielse Crisóstomo da Silva — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 139/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 916/72, de 22 de fevereiro de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, ao acervo de serviço público de João Farias, ocupante do cargo de nível "PL-21", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, por não se haver afastado do exercício de suas funções, no quinquênio vencido em 28 de janeiro de 1.972; e,

II — conceder o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%) sobre seus vencimentos, de acordo com o disposto pelo Art. 70, inciso I, da Constituição Estadual, a partir de 28 de janeiro de 1.972, data em que completou dez (10) anos de serviço público, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 3 de abril de 1.972

a) Wilson Fortes — Presidente

a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário

a) Quielse Crisóstomo da Silva — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 140/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.143/72, de 02 de março de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Ney Rodrigues, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, isolado, de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de quinze por cento (15%), a partir de 11 de setembro de 1.971, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 3 de abril de 1.972

a) Wilson Fortes — Presidente

a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário

a) Quielse Crisóstomo da Silva — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 141/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 959/72, de 24 de fevereiro de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

Retificar o ATO LEGISLATIVO n.º 264/53, de 1.º de agosto de 1.953, a fim de declarar que o nome é Aristeu Silva Berger e não como consta no referido Ato.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 3 de abril de 1.972

a) Wilson Fortes — Presidente

a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário

a) Quielse Crisóstomo da Silva — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 142/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.096/72, de 29 de fevereiro de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Israel Diniz, ocupante do cargo de nível "PL-29", da Série de Classes da Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.971, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 3 de abril de 1.972.

a) Wilson Fortes — Presidente

a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário

a) Quielse Crisóstomo da Silva — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 143/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 367/72, de 21 de janeiro de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Janet da Silva Santos ocupante do cargo de nível "PL-22", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de três (03) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1.971 e quinze (15) dias de 1.970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 3 de abril de 1.972.

a) Wilson Fortes — Presidente

a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário

a) Quielse Crisóstomo da Silva — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 144/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 361/72, de 22 de fevereiro de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Maria Stella Mader do Amaral Gurgel, ocupante do cargo isolado, de provimento

efeito, de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.971, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 3 de abril de 1.972.

- a) Wilson Fortes — Presidente
- a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário
- a) Quielise Crisostomo da Silva — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 145/72

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 414/72, de 25 de janeiro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, ao acervo de serviço público de Wilson Kaiel, ocupante do cargo de nível "PL-20", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções no quinquênio vencido em 12 de julho de 1.969.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 3 de abril de 1.972.

- a) Wilson Fortes — Presidente
- a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário
- a) Quielise Crisostomo da Silva — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 146/72

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 187/72, d 10 de janeiro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 129, inciso I da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de José Suplicy de Lacerda, ocupante do cargo de nível "PL-8, da Série de Classes de Dentista, do Grupo Ocupacional de Odontologia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, o tempo de um (01) ano, sete (07) meses e vinte e sete (27) dias, compreendido entre 04 de maio de 1.962 e 1.º de janeiro de 1.964, em que prestou serviços à Secretaria desta Assembléa, na qualidade de servidor interino; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da referida Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções no quinquênio compreendido entre 04 de maio de 1.962 e igual data de 1.967.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 3 de abril de 1.972.

- a) Wilson Fortes — Presidente
- a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário
- a) Quielise Crisostomo da Silva — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 147/72

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 231/72, de 12 de janeiro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174 de 16 de novembro de 1.970, ao acervo de serviço público de Antonio Gulbino, ocupante do cargo de nível "PL-22", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções no quinquênio vencido em 17 de dezembro de 1.971.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 3 de abril de 1.972.

- a) Wilson Fortes — Presidente
- a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário
- a) Quielise Crisostomo da Silva — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 148/72

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 322/72, de 18 de janeiro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, ao acervo de serviço público de Normando Pedro Cuipe, ocupante do cargo de nível "PL-20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções no quinquênio vencido em 30 de novembro de 1.971.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 3 de abril de 1.972.

- a) Wilson Fortes — Presidente
- a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário
- a) Quielise Crisostomo da Silva — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 149/72

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 693/72, de 09 de fevereiro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Maria José Tavora Gil Belem, ocupante do cargo de nível "PL-23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.970, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 3 de abril de 1.972.

- a) Wilson Fortes — Presidente
- a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário
- a) Quielise Crisostomo da Silva — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 150/72

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 504/72, de 31 de janeiro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150,

da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Luciano Lacerda Filho, ocupante do cargo de nível "PL-26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1.970 e 1.971, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da referida Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções no quinquênio compreendido entre 14 de maio de 1.962 e igual data de 1.967; e,

III — conceder, com base no Art. 70, inciso I, da Constituição Estadual, o acréscimo de mais cinco por cento (05%) sobre seus vencimentos, a partir de 14 de setembro de 1.971, data em que completou dez (10) anos de serviço público, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 3 de abril de 1.972.

- a) Wilson Fortes — Presidente
- a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário
- a) Quielise Crisostomo da Silva — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 151/72

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.100/72, de 29 de fevereiro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a José Olimpio Sotto Maior Macedo, ocupante do cargo de nível "PL-22", da Série de Classe de Contabilidade, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 07 de janeiro de 1.972, data em que completou dez (10) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 3 de abril de 1.972.

- a) Wilson Fortes — Presidente
- a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário
- a) Quielise Crisostomo da Silva — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 152/72

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 160/72, de 07 de janeiro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, ao acervo de serviço público de Rene Vasco Garcia, ocupante do cargo de nível "PL-17", da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléa, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções no quinquênio vencido em 15 de janeiro de 1.970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 3 de abril de 1.972.

- a) Wilson Fortes — Presidente
- a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário
- a) Quielise Crisostomo da Silva — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 153/72

A Comissão Executiva da Assembléa Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 373/72, de 20 de janeiro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, a funcionária Mary de Oliveira Leon Petit, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de fevereiro de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 3 de abril de 1.972.

- a) Wilson Fortes — Presidente
- a) Ivo Thomazoni — 1.º Secretário
- a) Quielise Crisostomo da Silva — 2.º Secretário

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 1.ª Sessão Ordinária Realizada em 3 de Abril de 1972 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antonio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Thomazoni e Quielise Crisostomo.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Costa, Nelson Buffara, Ivo Thomazoni, Quielise Crisostomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zarusso, Borsari Neto, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Mansur, Jorge Sato, Lazaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Xenofonte Villanueva (39); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Maciel, Arizone Araujo, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Gilberto Carvalho, João Fadel e Wilson Brandão (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

MENSAGENS:

MENSAGEM 43/71
Senhor Presidente:

Curitiba, 3 de novembro de 1971.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação dos dispositivos que especifica, da Lei n.º 2.375, de 22 de março de 1955, instituidora do Fundo de Pesquisa, do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas. Visto, ainda, o anteprojeto, a abertura de um crédito adicional de até o limite de Cr\$ 844.038,00 (oitocentos e quarenta e quatro mil e trinta e oito cruzeiros), destinado ao atendimento de despesas relacionadas com as atividades do referido Fundo.

A inclusa cópia autêntica do Ofício n.º 673, de 13 de julho do corrente, ano, da Secretaria da Agricultura, diz da necessidade, oportunidade e interesse público da medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e consideração.

(a) **Haroldo Leon Peres**
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O art. 1.º, a alínea "a" do art. 4.º, a alínea "a" do art. 5.º e o § 1.º do art. 6.º, da Lei n.º 2.375, de 22 de março de 1955, passaram a ter a seguinte redação:

"Art. 1.º — Fica criado no Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas o Fundo de Produção e Pesquisas";

Art. 4.º ...

"a — Na aquisição de móveis e imóveis, material permanente e material de consumo, instalações destinadas à utilização de produtos bioterápicos, quimioterápicos e produtos químicos, pesquisas e investigações e trabalhos experimentais ou científicos";

Art. 5.º ...

"a — Chefes das quatro Divisões Técnicas do I.B.P.T. (Agrônômica, veterinária, química e bioquímica)";

Art. 6.º ...

"§ 1.º Para cumprir o disposto na alínea C, deverá ser elaborado e submetido à aprovação do Secretário da Agricultura um plano anual de desenvolvimento e trabalho do Fundo de Produção e Pesquisas".

Art. 2.º — Aos arts. 3.º e 6.º, da Lei n.º 2.375, de 22 de março de 1955, ficam acrescentados, respectivamente, a alínea "e" e o § 2.º, com a seguinte redação:

Art. 3.º ...

"e — As rendas industrial e eventual do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas";

Art. 6.º ...

"§ 2.º — Compete ao Secretário da Agricultura dar ciência ao Governador do Estado do plano de desenvolvimento e trabalho do Fundo de Produção e Pesquisas".

Art. 3.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional até o limite de Cr\$ 844.038,00 (oitocentos e quarenta e quatro mil e trinta e oito cruzeiros) para atender despesas com a aplicação da presente lei.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o art. 9.º, da Lei n.º 2.375, de 22 de março de 1955 e demais disposições em contrário.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA

673/71

Curitiba, 13 de julho de 1971

Senhor Governador:

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, ao Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas compete estimular e desenvolver, de modo racional e intensivo, a pesquisa pura e aplicada, principalmente nos campos da agronomia, veterinária e química das ciências naturais, visando o esclarecimento dos problemas regionais, estudos do afluente que direta ou indiretamente possam prejudicar ou beneficiar a comunidade, bem como a aplicação de medidas relacionadas com suas atividades que auxiliem o incremento e a melhoria das condições da vida do homem.

Funciona, no Instituto, um Fundo de Pesquisas (criado pela Lei n.º 2.375, de 22 de março de 1955) com a finalidade de realizar e ampliar pesquisas, investigações e trabalhos experimentais e científicos em todos os setores técnicos do órgão.

A Lei que criou esse Fundo de Pesquisas estabeleceu que lhe seria consignada anualmente na Lei de Meios a importância de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), mas que até hoje não ocorreu, apesar de na época a verba ser relativamente pequena, porém lhe proporcionaria melhores condições de funcionamento.

A única doação recebida até a presente data foi feita em 1969, por parte do Jockey Clube do Paraná, no valor de Cr\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil cruzeiros) referente à cota de 5% do "sweepstake" do Grande Prêmio Paraná daquele ano, conforme determinação prevista na Lei n.º 4.096, de 18 de julho de 1962, art. 24, cuja finalidade é aplicação em Bolsas de Estudos, Organização para Pesquisas e Experiências Zootécnicas, Medicina Veterinária e Química, tendentes a desenvolver e aperfeiçoar conhecimentos técnicos científicos nos ramos do conhecimento humano, aplicação essa feita nos termos da referida Lei.

E, considerando que não pode haver desenvolvimento tecnológico e agropecuário sem pesquisa básica, metas prioritárias do próprio Governo da República;

considerando que foi através de pesquisas que o IBPT é hoje o único produtor de inoculantes para leguminosas que possibilitam ao agricultor um aumento aproximado de 20% em sua produção;

considerando que aquele órgão produz 150.000 doses de inoculante, atendendo apenas 30% das reais necessidades do Estado, mas com possibilidade de atender Estados vizinhos, além do Paraguai, já beneficiado em 1970;

considerando que o Laboratório de Análises de Sementes, através de suas pesquisas de determinações de poder germinativo, vem atendendo à Café do Paraná esta Secretaria de Agricultura e Particulares, fazendo seleção de sementes para o plantio no Estado do Paraná;

considerando que o IBPT, com sua produção de vacinas e quimioterápicos, frutos de pesquisas constantes, vem atendendo inúmeros criadores do Estado;

considerando que as pesquisas desenvolvidas nos meses iniciais do corrente ano possibilitaram a produção de vacinas anti-rábicas para cães e bovinos por técnicas modernas e proteção mais eficiente;

e, considerando finalmente que por intermédio da Divisão de Química e Tecnologia o IBPT pode e deve desenvolver pesquisas tecnológicas em setores

do interesse do Estado, tais como: madeira, cerâmica, cimento, xisto, etc., com possibilidades do desenvolvimento de "know how" nacional, em benefício das indústrias que se instalem no Estado.

Vimos à presença de Vossa Excelência solicitar a transferência de superávits existentes naquele órgão desde 1967, acumulados em vista dos excessos de arrecadação e economias de despesa verificadas nos balanços da Instituição, destinando os mesmos para a aplicação no Fundo de Pesquisas, na forma das justificativas já citadas.

Tal solicitação, Senhor Governador, possibilitará a ampliação de laboratórios e demais instalações que se fazem necessárias, como também na aquisição de matérias primas indispensáveis na execução das pesquisas projetadas.

Aguardando a anuência de Vossa Excelência sobre o exposto, aproveitamos a oportunidade para reiterar os respeitosos protestos de estima e consideração.

Carlos A. Meissner Osório — Secretário de Estado

Excelentíssimo Senhor
Doutor HAROLDO LEON PERES
Digníssimo Governador do Estado

NESTA CAPITAL

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 44/71

Curitiba, 16 de novembro de 1971

Senhor Presidente:

Estamos encaminhando a Vossa Excelência, para ser submetido à Assembléia Legislativa, o incluso Convênio para Implantação da Área Metropolitana de Curitiba, que encontramos assinado, desde o ano de 1969, pelos Prefeitos dos Municípios da referida área e pelo Governador do Estado.

Este Convênio depende de ratificação da Assembléia, para ser prontamente cumprido e executado.

O Convênio justifica-se pelos seus próprios considerandos — da mais alta relevância, aos quais nos reportamos.

Tal implantação é requisito essencial para a coordenação dos interesses representados pelos altos investimentos, tanto públicos como privados, a que tal região está sujeita, em vista da concentração de potencial humano e de sua vocação natural.

Permitimo-nos encaminhar projeto de resolução, a fim de que o espírito do Convênio seja imediatamente tomado pela administração dos órgãos e entidades do Estado, compelindo-os ao cumprimento das obrigações assumidas, sem a resistência da rotina burocrática. As soluções flexíveis e integradas para a coordenação dos trabalhos, projetos e obras deverão ter, verdadeiramente, um curso e um impulso à altura do desenvolvimento que se descortina para o Estado, no sentido de atender a modernização da sistemática administrativa — de que o Convênio implicitamente é instrumento.

Por fim, a realização dos objetivos do Convênio será uma experiência que, na medida em que frutificar, poderá ser conduzida, a curto prazo, a outras regiões do Estado definidas as áreas de atuação e a natureza da integração de outros Municípios numa comunidade sócio-econômica.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) **HAROLDO LEON PERES** — Governador do Estado

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio para implantação da Área Metropolitana de Curitiba, assinado em 19 de novembro de 1969 pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos dos Municípios de Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiuva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Rio Grande do Sul e São José dos Pinhais.

Art. 2.º — Os Municípios da região, ao realizarem obras e serviços que tenham forçosamente reflexos e implicações sobre outros Municípios, deverão submeter os projetos ao Conselho Metropolitano a que o convênio se refere.

Art. 3.º — As obras e serviços do Estado do Paraná, a serem implantadas na área metropolitana, pelos seus órgãos e entidades, deverão ser realizadas coordenadamente com as diretivas do Conselho Metropolitano, adequadas ao planejamento regional e municipal respectivo.

Art. 4.º — Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 45/71

Curitiba, 22 de novembro de 1971

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo de 1.º de outubro de 1971, ao Convênio celebrado em 18 de agosto de 1968, entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e o Departamento de Águas e Energia Elétrica, para execução de obras de eletrificação rural no Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) **Haroldo Leon Peres**

Governador do Estado

Termo aditivo ao convênio celebrado em 18 de agosto de 1968, que entre si fazem o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, doravante denominada INCRA-HA, ex vi do Decreto-Lei n.º 1.110-70 e o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado do Paraná, doravante denominado DAEE/PR, para execução de Obras de Eletrificação Rural no Estado do Paraná.

Em primeiro dia do mês de outubro de 1971, na sede do INCRA-HA, na cidade de Brasília, Distrito Federal, neste ato representado por seu Presidente, Dr. José Francisco de Moura Cavalcante e o DAEE/PR representado por seu Diretor, Dr. Celso Fabrício de Mello deliberaram o presente Termo Aditivo, visando à redistribuição financeira e alteração de cláusulas contratuais, na forma abaixo:

Cláusula Primeira — O DAEE/PR refinanciará com os recursos abaixo destacados a execução de obras de Eletrificação Rural nos seguintes municípios:

ANTONINA	Cr\$ 65.369,60
ARAPOTI	Cr\$ 239.512,36
MARIPÁ	Cr\$ 37.112,04

Cr\$ 432.000,00

Parágrafo único — Esta cláusula substitui a cláusula segunda do Convênio, celebrado em 18 de agosto de 1968.

Cláusula Segunda — Sem prejuízo da autonomia administrativa e financeira dos convenientes, o Ministério da Agricultura poderá, a qualquer tempo, através de seu setor próprio, fiscalizar a execução do presente Convênio.

Cláusula Terceira — Fica eleito o Fôro da cidade de Brasília, Distrito Federal, para soluções de questões relativas ao Convênio e ao presente Termo Aditivo, quando as mesmas não puderem ser resolvidas de comum acordo.

Cláusula Quarta — É revogada a cláusula décima oitava do mencionado Convênio, prevalecendo as demais.

E, por estarem assim justas e acordadas, firmam o presente Termo Aditivo em 10 (dez) vias datilografadas, de igual teor e forma obedecidas às disposições legais e na presença das testemunhas abaixo.

José Francisco de Moura Cavalcanti — Presidente

(Ass. ilegível) — Diretor

Testemunhas:

(Duas Ass. ilegíveis)

A Comissão de Constituição e Justiça.

Senhor Presidente:

MENSAGEM 46/71

Curitiba, 22 de novembro de 1971

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 11 de maio de 1971, entre Instituto Brasileiro do Café, representado pelo seu Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura — GERCA e a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, para o aperfeiçoamento de pessoal de nível superior em Cursos de Pós-Graduação em Escolas do país.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Haroldo Leon Peres

Governador do Estado

Termo de Convênio celebrado entre o Instituto Brasileiro do Café, representado pelo seu Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura — GERCA e a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, para o aperfeiçoamento de pessoal de nível superior em Cursos de Pós-Graduação em Escolas do país.

O Instituto Brasileiro do Café, pelo seu Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura — GERCA, criado pelo Decreto n.º 79, de 26 de outubro de 1961, representado pelo seu Presidente Doutor Mario Penteado de Faria e Silva, também Presidente do GERCA, e seu Diretor Doutor João Ribeiro Júnior, devidamente autorizado pelo seu Conselho Deliberativo e em concordância com o artigo 2.º daquele Decreto, põe a disposição da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, representada neste ato pelo seu titular Doutor Carlos Affonso Meissner Osorio, os recursos necessários para o aperfeiçoamento do pessoal de nível superior do Estado em cursos de Pós-Graduação em Escolas do País.

CLÁUSULA PRIMEIRA — O programa será executado sob a responsabilidade da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, que será a executora do programa, com os recursos estabelecidos na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA SEGUNDA — O IBC-GERCA colocará os recursos em Conta de Depósito na Agência do Banco do Brasil S. A. (Agência de Curitiba — PR), vinculada à execução do programa, no valor de Cr\$ 106.800,00 (cento e seis mil e oitocentos cruzeiros).

CLÁUSULA TERCEIRA — As retiradas dos auxílios serão mensais e feitas de acordo com o Plano de Aplicação aprovado pelo GERCA, que passa a fazer parte integrante deste, não podendo ser superior a Cr\$ 600,00 (seiscientos cruzeiros) mensais por beneficiado, em qualquer dos casos.

PARÁGRAFO ÚNICO — Qualquer modificação nesse Plano de Aplicação deverá ser justificada pelo executor do Convênio e submetida, previamente, à Secretaria Executiva do GERCA, que deliberará a respeito.

CLÁUSULA QUARTA — A Secretaria da Agricultura deverá fazer a prestação de contas ao IBC-GERCA, ao final de 1971, acompanhada de relatório circunstanciado do aproveitamento dos técnicos nos seus respectivos cursos de pós-graduação, para terem direito ao prosseguimento do auxílio no ano de 1972.

CLÁUSULA QUINTA — A Secretaria da Agricultura deverá prestar informações ao GERCA, apresentar comprovantes sempre que lhe forem solicitados e relatório final, quando do encerramento do presente Convênio.

CLÁUSULA SEXTA — O IBC-GERCA poderá promover, em qualquer tempo, a verificação e fiscalização do andamento do programa, obrigando-se a Secretaria da Agricultura a facilitar e fornecer todos os meios necessários a sua perfeita execução.

CLÁUSULA SÉTIMA — Se por qualquer motivo o beneficiado não puder continuar o curso, o auxílio fica automaticamente cancelado, revertendo o saldo ao IBC-GERCA.

PARÁGRAFO ÚNICO — O técnico só fará jus ao benefício se estiver frequentando normalmente o curso em que se matriculou.

CLÁUSULA OITAVA — O IBC-GERCA concederá Cr\$ 106.800,00 (Cento e seis mil e oitocentos cruzeiros) para o citado programa, a ser destacada do item 3 da Resolução n.º 99, aprovada pelo Conselho Deliberativo, não assumindo qualquer compromisso de conceder recursos futuros para a complementação do programa. O IBC-GERCA estará isento de qualquer responsabilidade trabalhista com os beneficiados que, sob qualquer título e em decorrência da execução do presente Convênio, preste serviço ou venha a ser admitido ou contratado, ficando tal responsabilidade a cargo da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná.

CLÁUSULA NONA — O não cumprimento de qualquer das Cláusulas implicará na rescisão do presente Convênio, revertendo ao IBC-GERCA o saldo existente na conta ora aberta, responsabilizando-se a Secretaria da Agricultura pela total integralização, em 30 (trinta) dias, da quantia depositada.

CLÁUSULA DÉCIMA — O presente Convênio terá a vigência de 2 (dois) anos, a partir do dia 1.º de março de 1971.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — Fica eleito o fôro da cidade do Rio de Janeiro para qualquer ação decorrente deste Convênio, até mudança da sede do Instituto Brasileiro do Café, para Brasília.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — O presente Convênio está isento do pagamento de quaisquer impostos, na conformidade da imunidade tributária, fixada no artigo 19, n.º III, letra "a", § 1.º, da Carta Magna.

E, para validade do que ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratadas.

tes já mencionadas, pelas testemunhas abaixo, pelo Secretário Geral do GERCA, e por mim ..., que o datilografei.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 1971

Mário Penteado de Faria e Silva

João Ribeiro Júnior

Carlos Affonso Meissner Osorio

Testemunhas: (Assinaturas ilegíveis)

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 47/71

Curitiba, 22 de novembro de 1971

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de Ajuda Financeira celebrado em 11 de maio de 1971, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e a Prefeitura Municipal de Piraquara.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Haroldo Leon Peres

Governador do Estado

Termo de Convênio de ajuda financeira que entre si fazem o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Piraquara.

Aos onze dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e hum na Seccional Jurídica da Secretaria de Educação e Cultura, neste ato representada pelo Sr. Haroldo Souto Carvalho, Secretário de Educação e Cultura, deste Estado, e de outro a Prefeitura Municipal de Piraquara, deste Estado, neste ato representada pelo Sr. Manuel Alves Pereira, Prefeito Municipal, a seguir denominados, respectivamente, de Secretaria e Município de Piraquara firmam o presente convênio de ajuda financeira ao ensino, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

PRIMEIRA

A Secretaria, nos termos do art. 1.º, do Decreto n.º 4.251 de 6 de março de 1967, concederá ao Município de Piraquara uma ajuda financeira no montante de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros).

SEGUNDA

O Município de Piraquara obriga-se a empregar essa importância exclusivamente em benefício do ensino na região, podendo aplicá-la na aquisição de material, equipamento escolar, construção ou ampliação de prédios, e pagamento de professores.

TERCEIRA

Das importâncias recebidas o Município de Piraquara deverá prestar contas dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do recebimento, sob pena de responsabilidade e de lhe ser vetado qualquer auxílio futuro perante esta Secretaria, além das demais sanções previstas no art. 23 e seguintes do mencionado Decreto n.º 4.251, de 6 de março de 1967.

QUARTA

A Secretaria reserva-se o direito de fiscalizar, por seus órgãos competentes, na conformidade dos arts. 17 e 18 do mesmo Decreto.

QUINTA

A presente ajuda financeira correrá por conta do Programa n.º 500.01, subconsignação 3.1.4.0.17, empenhada na Contadoria Seccional sob n.º 1.284 e na Contadoria Geral do Estado sob n.º 13.159. Restos a pagar de 1968.

SEXTA

O presente convênio só terá vigência plena após o competente registro no Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

E, por haverem convenionado foi lavrado o presente termo de cooperação, que será assinado pelas partes interessadas e por duas testemunhas, do qual se fornecerá traslado ao Município de Piraquara, à D.E.M.P. e a quem mais de direito.

a) Haroldo Souto Carvalho — Secretário de Educação e Cultura

a) Manuel Alves Pereira — Prefeito Municipal

Testemunhas:

1 — Ilydalva O. Frederico

2 — Diva de Almeida

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 48/71

Curitiba, 22 de novembro de 1971

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 1.º de outubro de 1971, entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado do Paraná, para estudos, projetos e obras de eletrificação rural no Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Haroldo Leon Peres

Governador do Estado

Termo de Convênio que entre si celebram o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, doravante denominada apenas INCRA-MA, ex.vi do Decreto-Lei n.º 1.110.70, e o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado do Paraná, doravante denominado apenas DAEE/PR, para estudos, projetos e obras de eletrificação rural no Estado do Paraná.

Ao primeiro dia do mês de outubro de 1971, na Sede do INCRA-MA, na

cidade de Brasília, Distrito Federal, neste ato representado por seu Presidente, Dr. José Francisco de Moura Cavalcanti, o Engenheiro Cássio B. de Macêdo, Secretário da Secretaria de Viação e Obras Públicas e o Engenheiro Celso Fabrício de Mello, Diretor do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado do Paraná, deliberaram assinar o presente Convênio, para aplicação de recursos em estudos e projetos e obras de eletrificação rural no Estado do Paraná, na forma da legislação vigente, cuja minuta foi aprovada pelo Conselho Diretor do INCRA-MA, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Pelo presente instrumento o INCRA-MA concede ao DAEE/PR um financiamento na importância de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) para estudos, projetos e obras de eletrificação rural na área de influência do Núcleo Leiteiro da Lapa, no Município da Lapa, no Estado do Paraná.

CLÁUSULA SEGUNDA — A importância prevista na cláusula primeira será liberada parceladamente, sendo a primeira parcela no valor de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) logo após assinatura do presente Convênio e o saldo após a entrega e aprovação dos projetos dos sistemas elétricos pelo DDE (Divisão de Eletrificação Rural — INCRA-MA).

CLÁUSULA TERCEIRA — Os recursos transferidos por força do presente Convênio correrão a conta do Orçamento do INCRA-MA para o exercício de 1971, através da seguinte especificação — PROJETO 10.5.10.1.39.00 — Eletrificação Rural — Elementos de Despesa 4.2.5.0 — Concessão de Empréstimos.

CLÁUSULA QUARTA — O DAEE/PR se obriga a concluir dentro do prazo máximo de 3 (três) meses os estudos e projetos de sistemas elétricos definitivos e, de 12 (doze) meses, as obras convencionadas ajustadas às parcelas de recursos liberadas ao projeto aprovado.

CLÁUSULA QUINTA — O DAEE/PR resgatará o financiamento em 120 (cento e vinte) prestações mensais consecutivas calculadas pela Tabela Price a juros de 9% (nove por cento) ao ano (índice 12.6674) com 2 (dois) anos de carência, acrescidas de juros de 9% (nove por cento) ao ano sobre o financiamento total durante o prazo de carência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — O valor das prestações mensais consecutivas nas condições acima estabelecidas é de Cr\$ 2.833,48 (dois mil, oitocentos e trinta e três cruzeiros e quarenta e oito centavos) vencendo a primeira prestação 2 (dois) anos após a liberação total dos recursos.

PARÁGRAFO SEGUNDO — Se houver atraso superior a 90 (noventa) dias consecutivos no pagamento de quaisquer das prestações, o INCRA-MA poderá exigir o pagamento imediato de todo o valor do financiamento, deduzidas as prestações já pagas e executando o restante da dívida de acordo com as cláusulas do presente instrumento. Neste caso os juros sobre o saldo devedor serão contados a taxa de 10% (dez por cento) ao ano, a partir da data do vencimento da prestação cujo atraso deu origem a execução, ficando ainda o DAEE/PR, obrigado ao pagamento da multa de 10% (dez por cento) sobre o montante exigível, inclusive juros.

CLÁUSULA SEXTA — O DAEE/PR só aplicará os recursos oriundos deste Convênio em regiões em que os beneficiários estejam legalmente organizados em cooperativas de eletrificação rural.

CLÁUSULA SÉTIMA — Os recursos do INCRA-MA somente poderão ser aplicados em Linha de Transmissão de Alta Tensão das quais, eventualmente, se possa beneficiar Vilas ou Povoados, se passarem por tais núcleos populacionais e desde que os respectivos núcleos, que delas se pretendem beneficiar, contribuam mediante convênios para a implantação dessas linhas de transmissão na proporção dos custos a elas atribuídos.

CLÁUSULA OITAVA — O DAEE/PR poderá efetuar, no todo ou em parte, o refinanciamento dos recursos recebidos, por força do presente Convênio, às pessoas e entidades, mencionadas às Cláusulas Sexta e Sétima, a uma taxa de juros máxima de 10% (dez por cento) ao ano com resgate no prazo de 10 anos e com o prazo de carência de 01 (um) ano, a contar da data de assinatura do contrato.

CLÁUSULA NONA — As condições e resultados decorrentes do refinanciamento, como definido anteriormente, em nada alterarão as responsabilidades do DAEE/PR, relativas ao pagamento do financiamento concedido ao INCRA-MA.

CLÁUSULA DÉCIMA — O DAEE/PR se obriga a apresentar ao INCRA-MA, dentro de 90 (noventa) dias, a contar da data do recebimento da primeira parcela, cópia autêntica do contrato com a cooperativa para execução das obras, e o comprovante da existência legal da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — O financiamento concedido pelo INCRA-MA ao DAEE/PR deverá ser reavaliado à mesma época e na mesma proporção em que o DAEE/PR fizer com relação aos refinanciamentos concedidos à Cooperativa, como constatado pelos contratos de execução de obras a serem apresentados ao INCRA-MA, na forma da Cláusula Décima.

PARÁGRAFO ÚNICO — A reavaliação preconizada nesta cláusula poderá diferir da que constar nos contratos de refinanciamento, desde que surja legislação que a determine especificamente e incidirá tão somente sobre o saldo devedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — As obras financiadas através deste Convênio deverão ser executadas consoante os padrões consagrados de Linhas e Redes de Distribuição já existentes, ou que venham a ser implantados durante o período de aplicação dos recursos concedidos ao DAEE/PR pelo INCRA-MA, desde que não tenham sido dado início aos trabalhos de construção.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — Os orçamentos das obras de eletrificação rural deverão dar cobertura aos custos dos materiais incluindo transporte, mão-de-obra e administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — O INCRA-MA poderá em qualquer época, exercer a mais ampla fiscalização sobre o correto emprego dos recursos colocados à disposição do DAEE/PR, seja verificando os registros contábeis, seja inspecionando diretamente os trabalhos de construção dos sistemas elétricos, correndo todas as despesas por conta do DAEE/PR.

PARÁGRAFO ÚNICO — Para perfeita execução desta Cláusula o DAEE/PR deverá facilitar por todos os meios, a ação do INCRA-MA, colocando a sua disposição todos os elementos e pessoas necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — Sem prejuízo da autonomia administrativa, operacional e financeira das partes contratante, o Ministério da Agricultura através de seus órgãos centrais exercerá Fiscalização e Controle do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA — Ao DAEE/PR se obriga apresentar ao INCRA-MA trimestralmente, a partir da liberação dos recursos, o balanço de andamento das obras, configurando os Km construídos os KVA instalados, o número de propriedades ligadas, os recursos aplicados e quaisquer outros dados complementares capazes de situar o andamento das obras.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA — O Presidente do INCRA-MA nomeará

um executor para o presente Convênio podendo sua escolha recair em um servidor da Autarquia ou em um funcionário público federal, vinculado ao Ministério da Agricultura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA — Se por qualquer motivo o DAEE/PR não receber todas as parcelas do financiamento contratado, no prazo máximo de 2 (dois) anos, fica rescindido o presente Convênio celebrado novo convênio para os necessários ajustes financeiros e outros.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA — O presente Convênio poderá ser aditado pelo consenso das partes e denunciado a qualquer tempo pelo inadimplemento do DAEE/PR de qualquer uma de suas cláusulas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA — Fica eleito o Foro da cidade de Brasília-DF, para solução de questões relativas a este Convênio, quando as mesmas não puderem ser resolvidas de comum acordo entre as partes signatárias.

E, por estarem assim justas e acordadas, firmam o presente convênio em 10 (dez) vias datilografadas, de igual teor e forma, obedecendo às disposições legais e na presença das testemunhas abaixo.

José Francisco de Moura Cavalcanti

Presidente do INCRA-MA

Cássio B. de Macêdo

Secretário de Viação e Obras Públicas-PR

Celso Fabrício de Mello

Diretor do DAEE/PR

Testemunhas:

(Duas Ass. Illegíveis)

A Comissão de Constituição e Justiça.

Curitiba, 22 de novembro de 1971

MENSAGEM 49-71

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, os inclusos anteprojetos de lei que objetivam instituir, a Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — I.T.C., criar o Fundo de Desenvolvimento Rural e estabelecer a Cota de Ocupação de Terras Devolutas.

Os planos de lei ora encaminhados a essa Augusta Assembléia Legislativa são altamente significativos e consultam plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que, sem dúvida alguma, ensejarão condições a fim de que a política de terras e cartografia no Estado do Paraná seja exercida por entidade devidamente enquadrada na moderna metodologia preconizada pela reforma administrativa que procura implantar-se no País.

A criação do Instituto de Terras e Cartografia, sob a forma de Fundação, paralelamente ao advento do Fundo de Desenvolvimento Rural, destinado a obtenção de recursos para o desenvolvimento das áreas rurais, e, ainda, à criação da cota de Ocupação de Terras Devolutas, como receita da Fundação, constituem-se em medidas legais que, em si mesmas, bem definem a acertada dos estudos feitos e a certeza dos excelentes resultados que advirão de sua implantação.

Certo de que as medidas propostas merecerão dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) HAROLDO LEON PERES — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica instituída a Fundação Instituto Terras e Cartografia do Estado do Paraná — I.T.C., com personalidade jurídica de direito público, sede e foro na Capital do Estado, vinculada à Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, com patrimônio próprio e autonomia técnica, administrativa e financeira.

Parágrafo único. — A Fundação é uma entidade autônoma que se regerá por estatuto aprovado em decreto do Poder Executivo.

Art. 2.º — A Fundação terá por objetivo a colonização e o desenvolvimento rural no Estado do Paraná, o mapeamento sistemático do território paranaense e a elaboração do cadastro territorial do Estado e da sua estatística imobiliária.

Parágrafo único — A Fundação não substituirá o Estado no exercício de suas atribuições próprias, mas agirá supletivamente.

Art. 3.º — O Patrimônio da Fundação será constituída de:

I — Todas as áreas de terras públicas e devolutas de propriedade do Estado do Paraná, que o Poder Executivo fica autorizado a doar à Fundação, excluídas as áreas já legitimadas por terceiros;

II — Bens que lhe forem doados por qualquer pessoa de direito público ou privado;

III — Todos os bens móveis, imóveis, semoventes, instalações e equipamentos que na data da constituição da Fundação estejam destinados pelo Governo do Estado ao funcionamento dos órgãos do Departamento de Geografia, Terras e Colonização;

OS IMÓVEIS DE QUE TRATA ESTA ALÍNEA SÃO OS SEGUINTE:

a) — Imóvel sito à Rua Engenheiro Rebouças, nº 1.375, com 50,30 m de frente, por 22,60 m, para a Rua Reinaldo Machado e 29,60 m, para a Rua Francisco Nunes local onde se acha-se instalada a Seção de Almoarifado e Suprimento e Seção de Oficinas e Garagens do D.G.T.C.;

b) — Lote n. 14 da Quadra 90 da Cidade de Londrina, com a área de 190 m2, objeto da transcrição nº 6 do livro 3, às fls. 24 do Registro de imóveis de Londrina, Claudino F. dos Santos;

c) — Lote n. 4 da Quadra 67 da Cidade de Paranavai, com a área de 400,864 m2, onde atualmente acha-se instalada a Sub-Inspetoria de Paranavai do D.G.T.C.;

d) — Imóveis com edificação na Cidade de Pitanga onde acha-se instalada a 5a. Inspeção de Terras do D.G.T.C.;

e) — 3 (tres) lotes com edificações, sitos à Avenida Manoel Ribas sob ns. 598, 612 e 638 na cidade de Pirai do Sul, onde acha-se instalada a 6a. Inspeção de Terras do D.G.T.C.;

f) — Lotes 2 e 3 da Quadra n. 144 da Cidade de Pato Branco, objeto das transcrições ns. 11.182 às fls. 281 e 11.183 às fls. 281 do Registro de Imóveis de Pato Branco, onde acha-se instalada a 7a. Inspeção de Terras do D.G.T.C.;

g) — 2 (dois) lotes de terreno com edificação, sitos à Rua Santa Catarina, esquina com a Rua Irmãos Pereira, medindo 40 m x 45 m na Cidade de Campo Mourão, onde acha-se instalada a 8a. Inspeção de Terras do D.G.T.C.;

h) — Terreno medindo 45 m. de frente para a Rua Barão de Antonina, sob n. 325 por 20 m. de fundo, na Cidade de Curitiba, onde acha-se instalado, provisoriamente, um setor do DETRAN;

i) — Lotes ns. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 16 da Quadra 9 da Cidade de Cascavel, onde acha-se instalada a 9a. Inspeção de Terras do D.G.T.C.;

IV — Uma doação de Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), que lhe será feita pelo Poder Executivo.

Art. 4.º — Constituem receita da Fundação:

I — Rendas de seu patrimônio;

II — Dotações consignadas no orçamento do Estado;

III — 20% (vinte por cento) do produto de venda de terras devolutas do Estado;

IV — Produto da comercialização da produção agro-pecuária da Fundação;

V — Produto da arrecadação de Cota de Ocupação de Terras Devolutas a ser criada por lei;

VI — Produto da Taxa de Valorização Agrária de que trata a Lei n.º 947, de 11 de outubro de 1952 e de outras contribuições que lhe forem atribuídas;

VII — Remuneração por serviços prestados e administração de Fundos;

VIII — Doações, auxílios, contribuições e subvenções que lhe forem concedidos pelo União, Estados, Municípios e entidades públicas ou particulares nacionais ou não;

IX — Recursos provenientes de acordos ou convênios celebrados com pessoas de direito Público ou privado;

X — Outras rendas de qualquer natureza.

§ 1.º — Ficam transferidas à Fundação as importâncias relativas à Taxa de Valorização Agrária arrecadada no presente exercício, devendo a entrega ser feita pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda que disso lavrará termo próprio.

§ 2.º — Ficam, igualmente, transferidas à Fundação as dotações consignadas no orçamento do Estado ao Departamento de Geografia, Terras e Colonização, no exercício de 1971, pelo saldo que existir à época da constituição da Fundação.

Art. 5.º — A Fundação, por ser uma entidade sem fins lucrativos, só poderá utilizar seus bens, direitos e rendas, na realização de suas finalidades.

Art. 6.º — Fica a Fundação investida do poder de representação do Estado na legitimação da propriedade, no uso e reintegração da posse e na discriminação de terras públicas dominicais e devolutas, podendo ainda promover convênios e acordos com a União, Estados e Municípios.

Art. 7.º — A Fundação terá uma estrutura orgânica constituída de um Sistema Deliberativo e de um Sistema Executivo, compostos de órgãos com funções interdependentes e complementares.

Art. 8.º — O Sistema Deliberativo compreende:

I — Conselho de Curadores;

II — Conselho de Administração.

Art. 9.º — O Conselho de Curadores, órgão de controle financeiro, patrimonial e contábil da Fundação, é composto de 5 (cinco) membros, nomeados pelo Governador do Estado, dentre cidadãos de reconhecida experiência e conhecedores de assuntos relacionados com a colonização e o desenvolvimento rural, com mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser renovado.

§ 1.º — O Conselho de Curadores elegerá entre seus membros o seu Presidente.

§ 2.º — O Presidente da Fundação, como representante nato do Sistema Executivo, participa, sem direito a voto, das sessões do Conselho de Curadores.

Art. 10.º — O Conselho de Administração, órgão de deliberação é composto de 8 (oito) membros:

a) O Presidente;

b) O Coordenador de Terras;

c) O Coordenador de Cartografia;

d) O Coordenador de Cadastro;

e) O Diretor Técnico;

f) O Diretor Administrativo;

g) O Procurador Jurídico;

h) O Inspetor de Finanças.

§ 1.º — O Presidente da Fundação é o Presidente nato do Conselho de Administração.

§ 2.º — A Competência do Conselho de Administração será fixada por estatuto aprovado por ato do Poder Executivo.

§ 3.º — As decisões do Conselho de Administração são sempre tomadas por maioria de votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente, além do seu, o voto de desempate.

Art. 11.º — O Sistema Executivo se compõe do Presidente da Fundação nomeado pelo Governador do Estado, com remuneração por ele fixada, coadjuvado por 3 (três) Coordenadores — Terras, Cartografia e Cadastro, 2 (dois) Diretores — Técnico e Administrativo, 1 (um) Procurador Jurídico e 1 (um) Inspetor de Finanças, cargos subalternos cujos titulares serão de livre escolha e de designação do Presidente da Fundação.

Art. 12.º — O Presidente da Fundação representa-a a passivamente, em juízo ou fora dele.

Art. 13.º — A estrutura administrativa da Fundação será fixada no estatuto a que se refere o parágrafo único do artigo 1.º desta lei.

Art. 14.º — Fica revogada a Lei n.º 886, de 16 de julho de 1952, que criou o Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

§ 1.º — Com a extinção do órgão, os atuais servidores do Quadro Único do Pessoal do Poder Executivo, lotados no Departamento de Geografia, Terras e Colonização, passarão a ter lotação na Secretaria de Estado dos Negócios do Governo.

§ 2.º — A representação do órgão extinto, junto a todas as entidades colegiadas da administração estadual, centralizada ou descentralizada, passará a ser exercida por pessoa a ser indicada pelo Presidente da Fundação.

Art. 15.º — Fica revogado o Art. 4.º da Lei n.º 4596, de 2 de julho de 1962, que criou o Conselho de Desapropriação e Colonização (C.D.C.) com atribuições de deliberar sobre os recursos do Fundo de Desapropriação e Colonização (F.D.C.).

§ 1.º — As atribuições de deliberação sobre os recursos do Fundo de Desapropriação e Colonização passam a ser exercidas pela Fundação.

§ 2.º — Os recursos do F.D.C. serão geridos pelo Presidente da Fundação e movimentados em conta especial no Banco do Estado do Paraná, ficando, em face das determinações deste parágrafo, revogado o Artigo 5.º da Lei n.º 4.596, de 2 de julho de 1962.

§ 3.º — O inciso I do Artigo 2.º da Lei n.º 4.596, de 2 de julho de 1962 passa a vigorar com a seguinte redação:

“I — Uma parcela da renda resultante da cobrança da Taxa de Valorização Agrária”.

§ 4.º — O Poder Executivo, por decreto, baixará normas que regulamentem a Lei n.º 4.596, de 2 de julho de 1962, em face das alterações introduzi-

das por esta lei.

Art. 16.º — A Fundação prestará contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por exercício encerrado, remetendo o balanço financeiro de suas atividades até o dia 31 de março do exercício seguinte.

Art. 17.º — O exercício financeiro coincide com o ano civil.

Art. 18.º — A Fundação encaminhará anualmente aos Poderes Executivo e Legislativo relatório circunstanciado de suas atividades acompanhado do balanço do respectivo exercício.

Art. 19.º — A Fundação é imune à tributação estadual, beneficiando-se dos privilégios legais atribuídos às entidades de utilidade pública estadual.

Art. 20.º — São inerentes à Fundação, no que cober, os privilégios da Fazenda Pública Estadual.

Art. 21.º — Serão considerados de alta relevância os serviços da Fundação para os efeitos de imunidade tributária.

Art. 22.º — Para cobertura da doação de que trata a alínea IV do Artigo 3.º desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância da dotação da Administração Geral do Estado do Orçamento em vigor.

Art. 23.º — O pessoal técnico e administrativo da Fundação será contratado nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 1.º — O Governador do Estado poderá por à disposição da Fundação servidor público estadual ou autárquico, com os vencimentos e vantagens do cargo.

§ 2.º — A aprovação do quadro e fixação de remuneração do pessoal técnico e administrativo da Fundação será de competência do Conselho de Curadores, por proposta do Presidente da Fundação.

Art. 24.º — Após a publicação do decreto que aprovar o Estatuto da Fundação, deverá o Governador do Estado nomear os membros do Conselho de Curadores e o Presidente.

Art. 25.º — Extinguindo-se a Fundação, seus bens reverterão ao patrimônio do Estado do Paraná.

Art. 26.º — O Estatuto da Fundação pode ser reformado por Decreto do Governo do Estado.

Art. 27.º — As funções de membros do Conselho de Curadores não serão remuneradas, sendo consideradas, para todos os efeitos, relevantes serviço público.

Art. 28.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O Governo do Estado, dada a sua função Social e precípua de promover o desenvolvimento de áreas rurais, estagnárias em exploração racional, adotará a implantação e reformulação de núcleos produtores que atuarão como polos de influência técnica na exploração agropecuária.

Parágrafo único — A implantação e reformulação de que trata este artigo, integrar, por programas, os diversos projetos agropecuários, aos de implantação de infra estrutura econômica e sociais dentro da mais completa harmonia.

Art. 2.º — Para dotar o Estado do Paraná de recursos necessários à implantação de Programas e Projetos integrados, fica criado o Fundo de Desenvolvimento Rural.

Art. 3.º — A receita do Fundo de Desenvolvimento Rural é constituída de:

I — 80 por cento do produto da venda de terras devolutas do Estado do Paraná;

II — Verbas que vierem a ser consignadas no orçamento estadual ao Fundo;

III — Verbas que vierem a ser consignadas em orçamentos Federal e Municipal ao Fundo.

Art. 4.º — O Fundo será administrado pela Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, nos termos e condições que forem fixados em decreto do Poder Executivo.

Art. 5.º — Os recursos do Fundo, observados os critérios estabelecidos no Artigo 1.º desta Lei, serão destinados a atender aos projetos específicos, previamente aprovados, incumbindo o controle de sua execução à administradora do Fundo.

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — A Cota de Ocupação de Terras Devolutas, a ser cobrada em cada exercício financeiro, tem como fato gerador a utilização de terras públicas, por ocupantes de terras devolutas do Estado do Paraná.

Art. 2.º — A Cota de Ocupação de Terras Devolutas será exigida sobre o valor real do imóvel utilizado, à base de 4% (quatro por cento).

Parágrafo único. — Fica o Poder Executivo autorizado a fixar, anualmente, o valor de incidência da cota de que trata este artigo.

Art. 3.º — A cobrança da Cota de Ocupação de Terras Devolutas será efetuada pela Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, constituindo-se, a arrecadação, em receita própria daquela Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná acertar com os ocupantes de terras devolutas a celebração de contratos particulares para pagamento da renda da ocupação, constituindo-se a arrecadação em receita daquela Fundação, tendo como base mínima da convenção a alíquota fixada no artigo 2.º desta lei, ou a alíquota que for fixada em Ato do Poder Executivo.

Art. 4.º — As normas para fixação do valor real do imóvel utilizado, o lançamento da cota e os prazos de recolhimento se regerão por atos regulamentadores a serem baixados pelo Poder Executivo.

Art. 5.º — Ocorrendo atraso no pagamento da cota, será esta acrescida da multa de 20% (vinte por cento).

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

— Sob os n.ºs 147 e 148-71, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

11-71 — Do Senhor Deputado Igo Iwant Lossó, que declara de Utilidade Pública a “Escola 29 de Março”, de Curitiba, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 6239. — Agradeça-se.

55-71 — Do Senhor Deputado Ivo Thomazoni o qual passa adotar na palavra vizinhos a letra Z, do Município de Dois Visinhos, conforme a Comarca do mesmo nome, e em substituição à letra S, que converteu em Lei, tomou o n.º 6240. — Agradeça-se.

- 65-70 — Do Senhor Ex-Deputado Armando Puppi que autoriza o Poder Executivo a considerar de Utilidade Pública, o "Centro Passionista de Treinamento de Líderes", com sede na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6241. — **Agradeça-se.**
- 51-71 — Do Senhor Deputado Mauricio Fruct, que declara de Utilidade Pública a Loja Teosófica do Paraná, com sede e foro em Curitiba, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6242. — **Agradeça-se.**
- 24-71 — Do Senhor Deputado Igo Iwant Losso que declara de Utilidade Pública a "Missão Cristã do Brasil", com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6243. — **Agradeça-se.**
- 143-70 — Do Senhor Ex-deputado Estadual Silvio Barros, que declara de Utilidade Pública, o Albergue Noturno Santa Luiza de Marillac, de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o n. 6244. — **Agradeça-se.**
- 31-71 — Do Senhor Deputado Fabiano Braga Cortes, que concede a cidadania Honorária do Paraná, ao Professor Doutor H.C. Hermann Mathias Georgen, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6245. — **Agradeça-se.**
- 287-70 — Do Senhor Ex-Deputado Estadual Tulio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a declarar que Utilidade Pública, a Associação Curitibana de Ensino, desta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n. 6246. — **Agradeça-se.**
- 38-71 — Do Senhor Deputado Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Alto Paraná, a Motoniveladora que especifica, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6247. — **Agradeça-se.**
- OFÍCIOS:**
- Sob o n. 154-71 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.os:
- 228-71 — Oriundo de Mensagem Governamental sob o n. 28-71, encaminhando Proposto Orçamentária que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 1972, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6253. — **Agradeça-se.**
- 227-71 — Oriundo de Mensagem Governamental sob o n. 27-71, encaminhando Orçamento Plurianual de Investimento para o triênio 1972-1974, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6254. — **Agradeça-se.**
- Sob o n. 146-71, do Senhor Governador do Estado comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei n.o:
- 39-71 — Do Senhor Deputado Xenofonte Vilanueva, que dá nova redação ao Artigo 7.o, da Lei n. 4766, de 13.11.63 alterado pelo Artigo 1.o, da Lei n. 5802 de 12.07.68, o qual convertido em Lei tomou o n. 6248. — **Agradeça-se.**
- Sob os n.os 1179, 1180 e 1181-71, do Governo do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.os:
- 27-71 — Do Senhor Deputado Candido Manoel Martins de Oliveira, que declara de utilidade pública a Associação de Assistência aos Psicopatas do Paraná, Entidade Mantenedora da Escola Mercedes Stresser, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6251. — **Agradeça-se.**
- 137-71 — Do Senhor deputado Wilson Fortes que declara de utilidade pública, a Fundação Educacional do Noroeste do Paraná (FUNDENORPA), o qual convertido em Lei, tomou o n. 6252. — **Agradeça-se.**
- 232-71 — Oriundo de Mensagem Governamental sob o n. 34-71, o qual integra a Administração do Porto de Paranaguá A.P.P.E. à Assembleia do Porto de Antonina A.P.A. e dá outras providências, que convertido em Lei, tomou o n. 6249. — **Agradeça-se.**
- 215-70 — Do Senhor Deputado Erondy Silvério, o qual denomina "Vereador Dino Gasparin", do Grupo Escolar da Vila Hauer, nesta Capital, que convertido em Lei, tomou o n. 6250. — **Agradeça-se.**
- Sob os n.os: — 169, 168, 157-71 e 42, 41, 38, 17-72, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.os
- 50-71: — Do Senhor Deputado Rosário Pitelli, que declara de utilidade pública, a Sociedade Beneficente "Casa de Misericórdia", da cidade de Cornélio Procopio, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6257. — **Agradeça-se.**
- 79-71: — Do Senhor Deputado Marciano Baraniuk, que declara de utilidade pública, a Associação das Damas Rotárias de Umuarama, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6258. — **Agradeça-se.**
- 76-71: — Do Senhor Deputado Marciano Baraniuk, que declara de utilidade pública, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6259. — **Agradeça-se.**
- 246-71: — Oriundo de Mensagem Governamental sob o n. 38-71, solicitando a autorização de fiança do Poder Executivo, empréstimos do Banco de Desenvolvimento do Paraná S. A., ou do Banco do Estado do Paraná S. A. com o Banco Nacional de Habitação, na execução de obras que especifica, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6256. — **Agradeça-se.**
- 233-71: — Oriundo de Mensagem Governamental sob o n. 31-71, que abre um crédito especial no valor de Cr\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil cruzeiros) à Secretaria da Fazenda — Administração Geral do Estado, para pagamento da taxa rodoviária-única, arrecadada no exercício financeiro de 1970, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6255. — **Agradeça-se.**
- 308-70: — Do Senhor Ex-Deputado Estadual José Alencar Furtado, que declara de utilidade pública a Fundação Educacional Itaquí, com sede no município de São José dos Pinhais, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6265. — **Agradeça-se.**
- 155-71: — Do Senhor Deputado Francisco Borsari Neto, que declara de utilidade pública, o Serviço de Obras Sociais de Sertãoópolis, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6266. — **Agradeça-se.**
- 19-71: — Do Senhor Deputado Igo Iwant Losso, que autoriza o Poder Executivo a doar à Escola de Florestas da Universidade Federal do Paraná, área de terreno rural, com aproximadamente 19,46 hectares, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6267. — **Agradeça-se.**
- 218-70: — Do Senhor Ex-Deputado Estadual Tulio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a doar, ao município de Jataizinho, os lotes de terrenos urbanos, na forma e como especifica, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6268. — **Agradeça-se.**
- 174-71: — Do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Vitorino, um motor e um trator conforme especifica, pertencente a D.A.T.M. o qual convertido em Lei, tomou o n. 6261. — **Agradeça-se.**
- 245-71: — Oriundo de Mensagem Governamental sob o n. 36-71, que doa à Sociedade rural do Norte do Paraná, o imóvel constituído de partes de lotes n.º 107-B, do município de Londrina, com área de 78.282,00 m², de propriedade do Estado, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6262. — **Agradeça-se.**
- 314-70: — Do Senhor Deputado Nelson Buffara, que denomina "Hospital Infantil Dr. Antonio Fontes", o atual Hospital Infantil da cidade de Paranaguá, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6263. — **Agradeça-se.**
- 208-70: — Do Senhor Ex-Deputado Estadual Silvio Barros, que declara de utilidade pública a Liga de Esporte de Cambé, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6260. — **Agradeça-se.**
- Sob o n. 56-72, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei n.o:
- 75-71: — Do Senhor Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo, permutar com o Município de Itapeja D'Oeste, o lote de terreno que especifica, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6269. — **Agradeça-se.**
- Sob os n.os 55-72, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.os:
- 121-71: — Do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública, a "Ação Social Assembleia de Deus", com sede em Barracão, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6270. — **Agradeça-se.**
- 184-71: — Do Senhor Deputado João Mansur, que declara de utilidade pública a Arquiconfraria das Mães Cristãs, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n. 6271. — **Agradeça-se.**
- 124-70: — Do Senhor Deputado Igo Iwant Losso, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Normal Colegial "Amanda Carneiro de Mello", da cidade de Castro, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6272. — **Agradeça-se.**
- 81-71: — Do Senhor Deputado Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública, a Casa Maternal Evangélica de Maringá, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6273. — **Agradeça-se.**
- 173-71: — Do Senhor Deputado Alvaro Dias, que declara de utilidade pública, o "Liceu Mario de Andrade Lima". Sociedade Civil (LEMA), com sede na cidade de Londrina, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6274. — **Agradeça-se.**
- Sob o n. 14-72, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei n.o:
- 244-71: — Oriundo de Mensagem Governamental sob o n. 30-71, sobre a criação do Fundo de Reequipamento de Trânsito — FUNRESTRAN, destinado ao reequipamento do Departamento Estadual de Trânsito — DETRAN, tendo o veto parcial aposto incidido sobre as expressões "campanhas educacionais", constantes do artigo 1.o, do Plano de Lei em questão. — **A C.C.J.**
- Sob os N.os 170, 167, 166, 165, 164, 163, 162, 161 155-71 e 40, 37, 36, 35, 34, 33, 32-72, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente os Projetos de Lei n.os
- 53-71: — Do Senhor Deputado Arthur de Souza, que visa transferir a pensão mensal concedida a Joana Paz de Oliveira, pela Lei n.º 1897, de 6.5.51, à sua filha solteira Soely Paz de Oliveira. — **A C.C.J.**
- 22-71: — Do Senhor Deputado Mauricio Fruct, que visa autorizar o Poder Executivo a construir um Grupo Escolar no Município de Curitiba, bairro Santa Cândida, e que se situe na confluência da rua Leopoldo Marochi com a estrada que liga a Roca Grande. — **A C.C.J.**
- 239-70: — Do Senhor Deputado Benedito Pinto Dias, que visa a criação de uma Escola Técnica de Comércio, na sede do Município de Terra Rica, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — **A C.C.J.**
- 196-70: — Do Senhor Ex-Deputado Estadual Tulio Vargas, que visa transferir para o Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação a rodovia que liga o município de Floresta ao de Itambé. — **A C.C.J.**
- 195-69: — Do Senhor Deputado Ovidio Franzoni, que visa a criação de um Ginásio Agrícola Estadual, no município de Cianorte. — **A C.C.J.**
- 71-70: — Do Senhor Ex-Deputado Estadual Tulio Vargas, que visa autorizar o Poder Executivo a celebrar através do Departamento de Estradas de Rodagem, convênio com o Município de Atalaia, para construção de uma ponte de concreto sobre o rio Pirapó. — **A C.C.J.**
- 90-71: — Do Senhor Deputado Francisco Borsari Neto, que visa transferir para o Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de melhoria e conservação, a Rodovia que liga a cidade de Uraí à PR-74. — **A C.C.J.**
- 68-71: — Do Senhor Deputado Igo Iwant Losso, que visa conceder uma pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cincoenta cruzeiros) a Manoel Maurício. — **A C.C.J.**
- 210-70: — Do Senhor Deputado João Mansur, que visa doar à Associação Rural de Guarapuava, uma área de terras de 60.000,00m² (sessenta mil metros quadrados) sem benfeitorias, localizada no município de Guarapuava, no local onde funciona o antigo aeroporto. — **A C.C.J.**
- 196-71: — Do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, que visa criar junto ao Departamento de Águas e Energia Elétrica, um fundo de natureza contábil, denominado Fundo Estadual de Eletrificação Rural, abreviadamente designado pela sigla FEER.PR. — **A C.C.J.**
- 114-70: — Do Senhor Deputado João Mansur, que visa a aplicação do disposto no art. 77, inciso II da Emenda Constitucional n.º 3 à Constituição do Estado, que trata da assistência hospitalar gratuita aos funcionários e seus familiares. — **A C.C.J.**
- 32-69: — Do Senhor Deputado Benedito Pinto Dias, que visa autorizar as cooperativas a produzir e adquirir sementes de algodão em qualquer parte do território nacional, para posterior distribuição aos respectivos cooperados. — **A C.C.J.**
- 100-71: — Do Senhor Deputado Erondy Silvério, que visa acrescentar à Lei n.º 5611, de 9 de agosto de 1967, um novo artigo. — **A C.C.J.**
- 145-70: — Do Senhor Ex-Deputado Estadual Silvio Barros, que visa incluir um parágrafo único à Lei n.º 6061, de 16 de dezembro de 1969, dispondo que o Instituto Agronômico do Paraná será localizado no município de Maringá. — **A C.C.J.**
- 102-69: — Do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, dispõe o autógrafo que aos professores aposentados em cargo de ensino primário ou médio, devidamente habilitados desde que comprovada a necessidade do serviço, poderão ser atribuídas aulas suplementares até o máximo de 32 aulas semanais. — **A C.C.J.**
- 77-71: — Do Senhor Deputado Quiélse Crisóstomo da Silva, que visa autorizar o Poder Executivo a proceder serviços de ampliação do prédio do Grupo Escolar "Prieto Martinez", desta Capital. — **A C.C.J.**
- Sob os n.os 31 — 30 — 29 — 28 — 27 — 25 — 24 — 23 — 22 — 21 — 20 — 19 — 18 — 13 — 12 — 11 — 10 — 9 — 8 — 7 — 6 — 5 — 4 — 3 — 2 — 1-71, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente os Projetos de Lei n.os
- 92-71: — Do Senhor Deputado Igo Iwant Losso, que visa conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), ao ancião Valentin Beck. — **A C.C.J.**
- 16-71: — Do Senhor Deputado Quiélse Crisóstomo da Silva, que visa autorizar o Poder Executivo a transferir para a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, a conservação das estradas de Astorga — Jaguapitã, passando pelo Distrito de Içara e Astorga — Santa Fé — Nossa Se.

hora das Graças — Colorado, passando pelos Distritos de Santa Zélia e Fernão Dias. — A C.C.J.

87.71: — Do Senhor Deputado Quiêlse Crisóstomo da Silva, que visa autorizar o Poder Executivo, através da Secretaria de Obras Públicas, a estender linha de força e luz da sede do município de Adrianópolis ao lugar denominado Ribeirão do Rocha. — A C.C.J.

85.71: — Do Senhor Deputado Quiêlse Crisóstomo da Silva, que visa autorizar o Poder Executivo a criar uma Escola Normal, na sede do município de Adrianópolis. — A C.C.J.

231-69: — Do Senhor Deputado Gabriel Manoel, que visa autorizar o Poder Executivo a criar na localidade denominada Monte Real, município de Santo Antonio da Platina. — A C.C.J.

182.69: — Do Senhor Ex-Deputado Estadual Tulio Vargas, que visa autorizar o Poder Executivo a criar na sede do município de Itambém, um estabelecimento de Ensino Técnico Comercial de Grau Médio. — A C.C.J.

277-70: — Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que visa autorizar o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual em Serra Dourada, Distrito de Umuarama. — A C.C.J.

225.70: — Do Senhor Deputado Paulo Poli, que visa autorizar o Poder Executivo a estadualizar o Colégio Comercial do Distrito de Cafezal, município de Iporã. — A C.C.J.

47-71: — Do Senhor Deputado João Mansur, que visa criar um Ginásio Estadual no Distrito de Jacutinga, município de Ivaiporã. — A C.C.J.

125.70: — Do Senhor Deputado Gabriel Manoel, que visa criar uma Circunscrição de Trânsito na cidade de Castro, com jurisdição alem do município e sede, nos municípios de Pirai do Sul, Jaguariaiva, Sengés e Arapoti. — A C.C.J.

175-70: — Do Senhor Deputado Paulo Poli, que visa criar no Distrito de Campo Bonito, município de Guaraniáçu, Um Ginásio Estadual. — A C.C.J.

72.71: — Do Senhor Deputado Fabiano Braga Cortes, que visa criar um Ginásio Estadual na sede do município de Cambira. — A C.C.J.

182.70: — Do Senhor Deputado Leopoldo Jacomet, que visa criar uma circunscrição de Trânsito na sede do município da Lapa, com jurisdição alem dos municípios sede, nos do Contenda, Quitandinha, Campo do Tenente, Rio Negro, Antonio Olinto e São Mateus do Sul. — A C.C.J.

42.71: — Do Senhor Ex-Deputado Acyr José, que visa denominar "Maestro Bento Mossurunga", o Instituto de Música, da Escola Superior de Música e Belas Artes do Paraná. — A C.C.J.

57.71: — Do Senhor Deputado Quiêlse Crisóstomo da Silva, que visa criar na sede do município de Colorado, um Curso Científico, para funcionar a partir do ano letivo. — A C.C.J.

78.71: — Do Senhor Deputado Quiêlse Crisóstomo da Silva, que visa proceder através da Secretaria dos Transportes, ao revestimento asfáltico da rodovia — Arapongas — Astorga — Santa Fé — Colorado. — A C.C.J.

201.70: — Do Senhor Deputado João Mansur, que visa transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, através do 11.º Distrito Rodoviário, as estradas São Mateus — Rebouças e Fluvópolis — Rio Claro do Sul — Malet. — A C.C.J.

102.70: — Do Senhor Deputado Paulo Poli, que visa criar uma Circunscrição de Trânsito no município de Marechal Cândido Rondon, com jurisdição alem do município sede, nos de Assis Chateaubriand, Palotina, Terra Roxa e Guaira. — A C.C.J.

94.69: — Do Senhor Ex-Deputado Estadual Tulio Vargas, que visa celebrar convenio com o município de Pirai do Sul, destinado a acordar a construção e pavimentação da via de acesso da sede do município da rodovia PR-11. — A C.C.J.

102.71: — Do Senhor Deputado Domicio Scaramella, que visa estadualizar, para fins de melhoria e conservação, a estrada que liga a sede do município de Cruz Machado à do Município de Pinhão. — A C.C.J.

88.71: — Do Senhor Deputado Quiêlse Crisóstomo da Silva, que visa construir através do Departamento de Estradas de Rodagem, uma estrada para ligar a sede do município de Adrianópolis ao lugar denominado Ribeirão do Rocha. — A C.C.J.

44.71: — Do Senhor Deputado Emilio Carazzai, que visa conceder uma pensão mensal de Cr\$ 80,00 (oitenta cruzeiros), a cada uma das trigêmeas Gisele, Gislene e Gisleide Muniz. — A C.C.J.

25-71: — Do Senhor Deputado David Federmann, que visa dar nova redação ao parágrafo único, do art. 195, da Lei Complementar n.º 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado). — A C.C.J.

239.69: — Do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que visa passar à jurisdição da 48.ª Inspeção Regional de Ensino de Francisco Beltrão, a Inspeção Auxiliar de Ensino do Município de Santa Isabel do Oeste, atualmente vinculada à 47.ª Inspeção Regional de Ensino de Santo Antonio do Sudoeste. — A C.C.J.

143.71: — Do Senhor Deputado Helio Manfrinato, que visa a construção de um prédio de alvenaria para a Delegacia de Polícia de Cianorte. — A C.C.J.

131.71: — Do Senhor Deputado Aginaldo Pereira Lima, que visa criar uma Escola Normal Colegial no município de Conselheiro Mairynk. — A C.C.J.

105-71: — Do Senhor Deputado Aguiraldo Pereira Lima, que visa incorporar ao Sistema Estadual de Ensino, o Ginásio Municipal de Arapoti. — A C.C.J.

— Do Senhor Rolando Zimmermann, Cônsul Geral da Alemanha, convidando o Senhor Deputado Igo Iwant Losso, para uma viagem de informações à Alemanha, prevista para o dia 24 de abril a 7 de maio de 1972. — Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

— Do Senhor Deputado Hélio Manfrinato, solicitando da Presidência desta Casa, sejam designados tres (3) Deputados Estaduais para, representando este Poder, participem do V.º Congresso Nacional do Café, a realizarse de 13 a 15 de abril vindouro, na cidade de Poços de Caldas, em Minas Gerais. Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Maurício Fruet, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 280.71.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

Pelo transcurso de mais um aniversário do jornal "Diário do Paraná", que se edita nesta Capital, pedimos, após ouvido o Plenário, um voto de regozijo inserido em Ata.

A imprensa séria, que não procura escândalos para impressionar, mas que se dedica à informação honesta e que se firma através do tempo pela dedicação de seus diretores e de seus colaboradores, merece sempre o aplauso e a atenção de todos.

"Diário do Paraná", figura no Brasil, entre os que se encontram no rol da imprensa que se caracteriza pela sua qualidade e pelo cumprimento do seu exato dever, perante a opinião pública e a Pátria.

Sala das Sessões, em 03 de abril de 1972.

(a) — Antônio Lopes Junior

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, depois de ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de profundo pesar pelo trágico falecimento da menor Graziela, filha do Vereador em Londrina Senhor Valdomiro Val, ocorrido na última sexta-feira.

Requer-se, outrossim, que da deliberação deste Plenário seja cientificada a família enlutada.

Sala das Sessões, em 03 de abril de 1972.

(a) — Lázaro Dumont

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, depois de ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora MARIA JOSÉ DE ANDRADE VIEIRA, ocorrido recentemente na Guanabara.

Sala das Sessões, em 03 de abril de 1972.

(a) — Aginaldo Pereira Lima

JUSTIFICATIVA:

A extinta era esposa do Senhor AVELINO VIEIRA, Presidente do Banco Bamerindus do Brasil.

O falecimento da Senhora MARIA JOSÉ DE ANDRADE VIEIRA, causou grande consternação nos meios sociais do Paraná, onde gozava grande simpatia e estima pelo desenvolvimento em várias campanhas filantrópicas, que liderou em nossa Capital e no Norte Pioneiro.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa, dê-se conhecimento à família enlutada.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado por esta Casa, mensagem ao Exmo. Senhor Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, solicitando a interferência do mesmo para o alargamento das pontes, existentes na rodovia federal BR-277, trecho Ponta Grossa-Foz do Iguaçu, com as justificativas que abaixo expomos e que traduz a opinião geral da população dos municípios servidos por esta importante rodovia.

Considerando a importância sócio-econômica da BR-277, como principal via de escoamento e abastecimento dos municípios da região Centro-Oeste do Paraná, onde trafegam, em média diária, mais de 3 mil veículos, segundo as últimas estatísticas do próprio DNER, é inexplicável a manutenção de diversas pontes cujas larguras permitem apenas trafegar um veículo por vez, ocasionando contínuos acidentes fatais, nos quais perderam a vida motoristas profissionais e, inclusive, estrangeiros, quando em visita a pontos turísticos de nosso Estado.

Urge que sejam tomadas providências para debelar esta deficiência na importante rodovia, uma vez que esta falha não corresponde o elevado gabarito técnico de su construção, orgulho de nossa engenharia.

Endossamos requerimento no mesmo sentido, aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal de Guarapuava, objetivando medidas que venham a evitar que novos acidentes sejam registrados, ceifando vidas preciosas e desmerecendo o alto padrão técnico de construção da BR-277.

Por todas estas razões apelamos a V. Exa. para que sejam tomadas urgentes providências neste sentido, pelo qual a população Centro-Oeste paranaense sempre lhe será reconhecida.

Sala das Sessões, em 03 de abril de 1972.

(a) — Nivaldo Krüger.

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei N.º 1-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Mestres, do Grupo Escolar Professor Brandão, com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 3 de abril de 1972.

(a) JOAO MANSUR

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres do Grupo Escolar Professor Brandão, conforme o Estatuto anexo, é uma sociedade que visa integrar esforços entre Pais e Professores, objetivando toda atividade relacionada a educação da juventude daquele estabelecimento de ensino, proporcionando desse conjunto associativo, adequadas condições para perfeita educação física, intelectual, moral e cívica dos estudantes.

Para o referido plano de Lei, contamos com o apoio dos Senhores Deputados com assento neste Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Esta Presidência, antes de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito, deseja apresentar suas boas vindas a todos os Senhores Deputados, Jornalistas credenciados e Funcionários, em seu retorno às atividades da nossa Casa de Leis, após o recesso recém-findo.

Augura esta Presidência amplo sucesso para a atividade parlamentar de todos e de cada um dos nobres colegas, para os quais invoca inspiração e proteção do Cristo aqui entronizado.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVERIO — Sr4 Presidente, nobres srs. Deputados.

Inscrevi-me para falar na tarde de hoje no Pequeno Expediente, para um assunto que, infelizmente, vendo os últimos acontecimentos relacionados com a saúde do sr. Governador, abstendo-me de abordar, assunto para o qual estaria inscrito na tarde de hoje. Ao mesmo tempo faço meus votos pessoais para que S. Exa. o sr. Parigot de Souza se restabeleça prontamente, para a alegria de todos os paranaenses e de seus familiares. São os meus votos sinceros que faço neste instante.

Mas, para aproveitar a ordem de inscrição, desejo externar o meu ponto

de vista a respeito do prolongado recesso do Poder Legislativo, não só no Paraná mas em todo o País. Pois todos sabemos que é uma determinação da nossa Constituição, da nossa Carta Magna, da Constituição Federal adaptada para a Carta Estadual.

Mas o apelo que faço à Casa é para que todos os srs. Deputados, sem exceção, lutem com todas as forças no sentido de que se reduza este recesso, porque vários e lamentáveis acontecimentos na vida pública do Paraná verificaram-se durante estes quatro meses, e os srs. Deputados não podiam usar da Tribuna sagrada que o povo lhe conferiu, para aqui vir denunciar, para aqui vir defender, o que se cometeu com o povo durante todo este tempo. Os srs. Deputados creio eu, sem exceção, não querem reduzir o recesso para receberem getons como disse uma certa imprensa da Capital, não querem também uma convocação extraordinária para comprar mais um Volkswagen, como descarada e cretinamente um alto auxiliar do Governo apregou aos quatro ventos, principalmente para os jornalistas credenciados em Paicó. Mas esta é outra história, é outro episódio sobre o qual voltarei a abordar esta Tribuna.

Srs. Deputados, quando queremos uma convocação extraordinária, é para abordar problemas de alta relevância para a administração pública, principalmente no que diz respeito ao aumento do servidor público, nós não estamos fazendo demagogia. Não é possível o Governo continuar fazendo ouvidos de mercador à necessidade premente de um reajuste nos vencimentos do funcionalismo público, esta laboriosa classe a quem o Estado tanto deve.

E outros assuntos de mais alta relevância para a vida do Estado, também não puderam ser abordados, não puderam ser apreciados pelo Poder Legislativo por causa deste recesso que foi feito intencionalmente, com o sentido exclusivo de esvaziar o Poder Legislativo perante o povo do Paraná e o povo brasileiro. Porque ruim com o Poder Legislativo funcionando, pior com ele fechado, porque é onde o povo encontra guarida; onde o povo vem bater às portas quando algum problema o aflige; é onde o povo precisa que a sua voz seja escutada por autoridades maiores.

Portanto, este recesso já foi feito intencionalmente, para que este Poder se esvazie, para que o povo esqueça que tem os seus representantes; a quem ele pode recorrer nas horas de aflição e de amargura.

Portanto, é preciso que os senhores Deputados se apercebam da gravidade e que lutem junto à Câmara Federal, que tem a obrigação de começar campanha idêntica. Assim como os Senhores Senadores, que foram eleitos não para hostentarem o título de Senador, mas para auscultarem as necessidades do povo; para sentirem os anseios dos Senhores Deputados e Vereadores são o último elo de ligação entre o povo e o Poder Executivo.

Necessário se torna que os nossos representantes, tanto no Senado, como na Câmara Federal, escutem o apelo do povo e iniciem uma campanha que, embora desagrade aos poderosos do dia, mas é uma campanha necessária. Não podemos admitir mais um descalço tão profundo com o Poder Legislativo. É necessário que o Poder Legislativo faça juízo aquilo que recebe da bolsa do povo. Os Deputados não são pagos para terem 4 meses de férias; são pagos para trabalhar e é o povo quem paga.

Portanto, não se justifica que os altos poderes imponham uma condição para o povo e, necessário se torna que se inicie uma campanha neste sentido, para diminuição do recesso para que esta Casa trabalhe; faça juízo à sua representação popular e, principalmente, aos subsídios que recebe do povo.

Eram estas as minhas palavras, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à Tribuna pela primeira vez na condição de Líder da Bancada de meu Partido nesta Assembleia. Elevado que fui a tão honrosa posição, muito menos pelos atributos pessoais de que sou possuidor, mas acima de tudo em obediência a um critério democrático de rodízio.

Sucedo ao meu prezado amigo, Deputado Nivaldo Kruger, de cuja atuação firme e serena, nos dias tumultuados e difíceis de 1971, toda a Casa é testemunha.

Trago para as novas funções os mesmos propósitos, as mesmas motivações que conduziram o Deputado Nivaldo Kruger no período que me antecedeu, porque o nobre Líder do MDB, em oportunidade alguma deixou de expressar fielmente o pensamento e a forma de sentir do nosso Partido.

Iniciamos, Sr. Presidente e srs. Deputados, mais um período legislativo, o segundo de nosso mandato, após um recesso, como bem situou o nobre Deputado Erondy Silvério, após um longo recesso de quatro meses. Recesso próprio de uma Constituição que não gosta do Poder Legislativo... E começamos mal. Sob vários aspectos, começamos mal. Primeiramente, o estado de saúde de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, Professor Pedro Parigot de Souza, vem trazer à família paranaense uma grande inquietação, sobretudo neste momento em que o nosso Estado tanto necessita da serenidade de S. Exa.

Quero aqui, nesta oportunidade, deixar consignado, do mais profundo de nosso sentimento, o desejo de todos aqueles que integram a Bancada do MDB nesta Casa de que o sr. Governador do Estado prontamente se res-tabeleça e retorne ao nosso convívio e à Administração Estadual.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Sebastião Rodrigues. Quero, inicialmente, me congratular com a Bancada do MDB desta Casa pela escolha de V. Exa. como seu porta-voz, como Líder da Bancada aqui no Legislativo do Paraná. Tivemos, no ano passado, quando ocupava este mesmo posto o nobre Deputado Nivaldo Kruger, o maior e o melhor entendimento, porque foi entendimento em termos de Paraná. Procuramos, a Bancada da ARENA e a do MDB, colocar sempre e acima de tudo os interesses de nosso Estado, razão porque, na legislatura passada, tivemos da Bancada do MDB compreensão, trabalho e colaboração em favor de nosso Estado, sem que com isto pudesse parecer, nem de leve, que a Bancada da Oposição nesta Casa estava apoiando ou transando com o Governo do Estado. A Oposição, liderada naquela oportunidade pelo nobre Deputado Nivaldo Kruger, cumpriu com seu papel de representantes do povo, de homens que aqui vieram para fiscalizar, para denunciar e para até mesmo ditar ao Governo normas que lhe pareciam vir de encontro aos interesses do povo e de nosso Estado. Hoje é com grande satisfação que vejo V. Exa. alçado na posição de Líder do MDB nesta Casa, meu amigo desde o primeiro instante em que aqui nos

encontramos e, tenho certeza, porque conheço a sua vida, conheço os seus propósitos com relação ao nosso Estado e à nossa gente, tenho certeza de que a Oposição, sob o comando de V. Exa., há de prestar grandes e relevantes serviços à causa pública paranaense. Receba, pois, as congratulações da ARENA com assento nesta Casa e receba mais, nobre Líder do MDB, em nome do Governador Parigot de Souza, em nome de seus familiares, os agradecimentos pelos votos que V. Exa. acaba de proferir de sua Tribuna e que levarei a S. Exa. ainda na tarde de hoje. Deixo aqui consignados os meus votos de regozijo pela ascensão de V. Exa. e as congratulações ao MDB, que soube escolher um Deputado combativo e que muitos serviços prestará à causa pública paranaense.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Agradeço a V. Exa. as palavras honrosas com que me distinguiu nesta tarde, em nome da Bancada que V. Exa. lidera nesta Assembleia.

Reafirmo aqui os propósitos de meu Partido de continuar a se entender, como fez em oportunidades anteriores, com V. Exa. e com a Bancada que V. Exa. lidera nesta Assembleia, sempre que assim os elevados interesses de nosso Estado o exigirem. Conte V. Exa. com a Bancada de meu Partido para tudo aquilo que for para o bem do Paraná que V. Exa. tanto ama, como de resto o fazem todos os Deputados com assento nesta Casa.

Mas, srs. Deputados, como dizia de início, o segundo período legislativo de nosso mandato se inicia sob vários aspectos negativos. Ao primeiro já me referi. Em segundo lugar quero dizer a esta Casa que ouvi, como devem tê-lo feito todos os srs. Deputados, o discurso que S. Exa., o Sr. Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, proferiu na Sexta-Feira Santa. Discurso de Sexta-Feira Santa. Por ele, parece que estamos proibidos de ter esperanças. Parece que estamos proibidos de debater essas esperanças, porque S. Exa. considera um grave desserviço ao País o fato de se tratar, com tanta antecedência, da sucessão, seja no plano federal, seja no plano estadual. Aliás, tal pensamento já vinha sendo divulgado pela grande imprensa do País, como sendo do atual Presidente da ARENA, Sr. Felinto Muller. Esclareço à Casa que não cometo indecência alguma com o Sr. Batista Ramos, Presidente de direito da ARENA, quando me refiro ao Sr. Felinto Muller como também Presidente da ARENA, já que a ARENA tem dois Presidentes, um de direito, outro de fato. Mas, sempre que me referir desta Tribuna, ao Presidente da ARENA, estarei me referindo ao Sr. Felinto Muller. Continuando, já se disse que este seria um ano vetado à discussão dos grandes temas políticos, expressão esta atribuída, repito, ao Sr. Felinto Muller e, agora confirmada pelo Sr. Presidente da República.

Distingo, na fala do Gal. Emílio Garrastazu Médici, dois momentos: um em que S. Exa. trata da sucessão no plano federal. Entendo que a advertência acerca do desserviço prestado à Nação por quem discutir o problema não é endereçada à classe política, não é endereçada ao povo, nem é endereçada aos partidos políticos, porque desde há muito que a sucessão federal, o preenchimento do cargo de Presidente da República deixou de ser assunto que diz respeito ao povo, que diz respeito aos partidos políticos; deixou de ser assunto dos políticos de um modo geral. É matéria tratada na esfera privada, e a ela se dirigiu, por certo, S. Exa., o Sr. Presidente da República.

No que se refere à sucessão no âmbito dos Estados, poderia a fala presidencial ser dirigida aos homens de meu Partido. Porque, na verdade, o MDB, em vários Estados da Federação, já sugeriu diversos nomes de candidatos a sucessões estaduais, que deverão ocorrer, por processo de escolha direta, no ano de 1974. Diz também S. Exa. que quem tratar do assunto, nesta altura, estará prestando um desserviço à Nação. Discordo de S. Exa. E o faço com base em palavras suas, proferidas em outra ocasião, quando afirmou: "Reitero que todo brasileiro tem o direito de fazer oposição ao Governo. Considero imprescindível ao bom funcionamento do regime, a existência de postores. Por isso mesmo, não serei hostil aos que de mim discordarem. O caminho da liberdade é o caminho da Lei".

Discordo, pois, com base nas próprias palavras de S. Exa. A Lei não veda ao meu Partido o tratamento da sucessão governamental nos Estados, mesmo com essa antecedência que S. Exa. recrimina. E se não veda, nós temos o direito de procurar, politicamente o caminho que mais convém ao nosso Partido. E esses são aqueles caminhos, porque num pleito direto, possui o Partido do Governo Ministros, Secretários, homens administrando autarquias todos em condições, portanto, de projetarem seus nomes e concorrerem ao pleito de 74.

Mas o que resta do MDB, se não sair cedo com os melhores nomes que possui, com sacrifício de seus afazeres particulares, a fim de conquistar uma posição no meio do povo, que lhe permita oferecer esses mesmos nomes à escolha popular em 1974? Não vejo como possa o MDB, senão madrugando, apresentar-se em condições de disputar as eleições de 1974.

Não concordo, pois, com a restrição de S. Exa. aos homens do MDB, por procurarem tratar, com antecedência das sucessões estaduais. O que eu lamento é que considerações dessa natureza, emanadas de alguém que detém em suas mãos uma soma imensa de poderes, calem sempre aos mais desavisados como a defesa da tese de que é preciso se ser realista. E sempre que se começa a falar de realismo em política, sempre que se começa a pregar a conveniência de se fazer política com os pés no chão, começam a ser sacrificados o idealismo e os princípios que devem nortear toda ação política. Não tenham dúvidas, logo grassará essa epidemia de fazer política com realismo e com os pés no chão.

Na verdade, pretendia vir a esta Tribuna tratar de assunto relacionado com a Administração do Estado, e apenas deixo de fazê-lo nesta oportunidade, tendo em vista o quadro que é do conhecimento de todos.

Por esta razão apenas, serei breve e me cingirei a essas considerações sobre a fala presidencial. Esse raciocínio que faço, em conclusão, no que tange ao realismo político, é lamentavelmente o que vem infelicitando esta Nação. Sinto que o Governo caminha para um impasse constitucional. Pretende eleições diretas e ao mesmo tempo não quer que essas eleições sejam feitas com as lideranças tradicionais. Nisso reside a grande falha, a maior falha do sistema que se instalou no poder a partir de 64: não permitir a formação de novas lideranças. E não o fazendo, se o Governo partir para um processo de sucessão direta em 74, o que não acredito, terá, obrigatoriamente, que lançar mão das antigas.

Vejam a contradição no âmbito nacional do Governo, que criou um Partido para lhe dar sustentação política e denominou-o de Aliança Renovadora Nacional. Nomeia para presidir o Partido, chamado Renovador, o Sr. Felinto Muller, um homem de 37, que vem na crista dos movimentos políticos há mais de 30 anos. Esta a idéia de renovação? Este o propósito renovador?

Vejam Vs. Exas. quem coloca o Governo à testa de sua liderança na Câmara Federal: um velho político de Minas Gerais que, se foi berço de Tiradentes, temos a lamentar que tenha sido berço de Geraldo Freire também, porque o exemplo que esse homem vem dando à Nação, exemplo de subserviência, é verdadeira degradação da classe política.

Nesta ausência de renovação de lideranças, neste impasse o Governo terá que lançar mão das lideranças antigas, terá de fazê-lo porque não tem condições de criar lideranças novas. Propósitos, intenções de fazê-lo, vi e senti. Tentou-se criar, inclusive, lideranças por decreto, nomeando Governadores; mas toda a Casa é testemunha do que resultou desta tentativa. É preciso que o Governo se disponha a dar ao País novamente condições de liberdade de escolha de seus dirigentes, tenham eles 40, 50 ou 60 anos, tenham eles a idade que tiverem, mas que o povo os escolha porque, na verdade, a escolha popular se apresenta defeitos, é ainda a que menos os tem.

Deixo aqui uma lembrança aos srs. Deputados e ao Paraná: a de que o realismo político contraria justamente os princípios e o ideal da própria Revolução, de uma Revolução que se comprometeu a devolver ao País, em curto prazo, as liberdades democráticas. Conflamos nos propósitos de S. Exa. o Sr. Presidente da República, mas precisamos sentir estes propósitos através de ações concretas que tranquilizem, de fato, a Nação.

Lembro ainda que os grandes pregadores do realismo político, através da História, nada mais fizeram do que invalidar o nobre, o elevado propósito que deve orientar toda atuação política. Merecem bem a crítica de Robespierre, porque "convertendo o egoísmo em sistema, reduzem a sociedade a uma guerra de astúcia e fazem do mundo um prêmio aos tratantes hábeis".

Não podemos permitir que isto ocorra em nossa terra, sobretudo como recomendação de um sistema que fez uma Revolução em nome de ideais. Vamos partir para a renovação, pela renova; vamos lutar para que ela se realize e apenas aceitar as lideranças antigas se o povo as quer, se vota nelas, é porque as novas não agradaram.

O sr. Nivaldo Kruger — V. Exa. permite um aparte (Assentimento).

Inicialmente quero agradecer as referências que V. Exa. fez a minha pessoa, assim como o Deputado João Mansur, ilustre Líder da Bancada da situação e desejar a V. Exa. aquilo que, tenho certeza, acontecerá: êxito pleno à frente de nossa Bancada, como Líder eleito recentemente.

Deputado Sebastião Rodrigues, nada mais oportuno o que fez V. Exa. hoje. Primeiro demonstrando a sensibilidade com que a nossa Bancada recebeu a notícia do estado de saúde de S. Exa., o Sr. Governador do Estado, o que lamentamos profundamente, como bem disse V. Exa. Segundo nada mais oportuno do que V. Exa. contestar afirmações feitas por S. Exa. o Sr. Presidente da República relacionadas com o processo, a evolução do processo político natural num país democrático. É de se estranhar afirmações desta ordem, porque nada mais salutar, entendo eu, do que um partido político preparar os seus líderes, as suas áreas políticas, aliciar o seu povo, o seu eleitorado, o eleitorado do seu Estado para o embate eleitoral que se aproxima, que está em mira. Parece-me que seria a maneira de tirar o povo da apatia em que está vivendo, apatia política. Então, entendo, como V. Exa. de que se nosso Partido cogitou, não só o Paraná, mas em todo o País, sobre as eleições sucessórias nas unidades federadas, tendo em vista o fortalecimento do regime democrático, dando a sua contribuição ou procurando concorrer para que o sistema se aprimore e nem poderia ser de outra forma, se o Partido assim procedeu, não desservi a Nação, não desservi a coletividade, mas muito pelo contrário. Pode entender desta forma aquele que não está habituado ao embate democrático, que não se habituaram a ir às tribunas pleitear votos, dizer e ouvir as verdades, observar o nosso povo em que estado se encontra, e ouvir as reclamações do nosso povo que está cada vez mais pobre, em maiores dificuldades, cujo poder aquisitivo cada vez é menor. Tudo isto, nós que conversamos e estamos projetando campanha eleitoral para a sucessão estadual, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, que as eleições serão diretas em 74, entendemos, como V. Exa. que não estamos prestando desserviço à Nação, mas, muito pelo contrário, estamos prestando serviços à caução da Nação que sonhamos democrática.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Agradeço a V. Exa. o aparte brilhante, como aliás é próprio das intervenções de V. Exa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Antônio Lopes Jr.

O SR. ANTONIO LOPES JR. — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Traumatizados ainda pelo recente acontecimento que abalou esta Casa sexta-feira última com a notícia do estado de saúde de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, quero, neste início, formular, do mais íntimo do coração, os votos sinceros a Deus pelo restabelecimento de S. Exa. o Professor Parigot de Souza, para que possa continuar à frente dos destinos do Paraná. Depois de um longo intervalo nas atividades parlamentares, queria neste primeiro reencontro dos Deputados da ARENA e do MDB que, no seu conjunto, representam efetivamente o povo paranaense, espalhado por todo o mapa do nosso Estado, desde as grandes cidades à Capital do Estado, as pequeninas e humildes cidadezinhas do Paraná, ilhadas no interior paranaense e a todos os srs. Deputados da ARENA e do MDB, quero formular os melhores votos de uma atividade parlamentar profícua, que enalteça esta Casa, que enalteça o Poder Legislativo do Paraná, ao final de mais um ano, acusar um saldo positivo de grandes atividades parlamentares.

Sr. Presidente, srs. Deputados, não poderia, por um dever de consciência no instante em que reiniciamos nossas atividades, deixar de registrar, nos Anais da Casa, um agradecimento, um reconhecimento pelo fato de, na Secretaria Geral da ARENA, pelo espaço de dois anos e meio, contar com o trabalho, com a dedicação, com a ajuda com o auxílio de todos os srs. Deputados da ARENA. Foi com os Deputados estaduais, que pudemos realizar uma grande gestão à frente da Secretaria Geral da ARENA. Não fora a ajuda dos srs. Deputados estaduais que estão em contacto permanente

com o povo paranaense, trazendo-nos as suas sugestões, contribuindo financeiramente para que pudessemos realizar aquela boa gestão trazendo-nos nas horas das eleições, o seu espírito de combate, não fora isto tudo, não poderíamos ter realizado o que realizamos.

A todos os srs. Deputados da ARENA, portanto, quero deixar consignado os meus agradecimentos, o meu reconhecimento e também o meu agradecimento aos ilustres Deputados do MDB, especialmente ao sr. Secretário Geral do MDB paranaense, pela maneira cordial com que sempre nos entendemos, com que sempre debatemos os grandes problemas, e aqui dentro desta Casa ou fora dela, nos embates cívicos dos comícios eleitorais, pudemos sair de cabeça erguida, ambos os lados, cada um cumprindo com a sua missão.

Sr. Presidente, srs. Deputados, encerrando estas minhas palavras, quero dizer com toda sinceridade, que é preciso se fazer uma distinção entre atividade política e atividade eleitoral.

Atividade eleitoral é aquela que se lança um candidato que se sai por aí a fora gritando o seu nome como candidato efetivo.

É isto efetivamente, não estamos, na oportunidade, distamos ainda três anos de uma eleição, e não poderemos sair por aí a fora agitando bandeiras de candidatos.

Mas, sr. Presidente, srs. Deputados, atividades políticas, são aquelas que se realizam dentro das sedes partidárias e fora delas, com realização de grupos de estudos, com seminários de estudos, com encontros regionais, como tem feito o próprio MDB recentemente, no encontro efetuado em Rio Negro e outros que estão programados.

Renovação, srs. Deputados, não é renovação de "cara", não é renovação física, tirar Manoel para por Francisco, não. Renovação é tirar um de sessenta anos e pôr um de vinte e cinco. Renovação é renovação, de princípios, é renovação de atitudes, é o que está pretendendo a revolução brasileira, é o que está pretendendo o Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, é o que estamos todos nós pretendendo. Fazer uma renovação de atitudes, uma renovação de princípios. É por isso que a Aliança Renovadora Nacional está dedicando o seu tempo à criação do Código de Ética; na Carta de Princípios, na renovação dos seus Estatutos. Porque é preciso que os Partidos tenham princípios, antes de terem programas; antes de terem Estatutos.

Princípios, Senhores Deputados, são coisas imutáveis que não se mudam nunca. É o caso, por exemplo, do Cristianismo que tem os seus princípios baseados nos Evangelhos. Mas as suas atividades temporais podem mudar, segundo o espaço, conforme as circunstâncias. Mas os princípios do Cristianismo estão ausentes nos Evangelhos.

É isto que a ARENA está fazendo agora, criando a sua Carta de Princípios imutáveis, cujos integrantes do Partido têm de se capacitar dos seus princípios, honrá-los, e dignificá-los, nas suas atividades permanentes não apenas dentro dos Legislativos; dentro do seu Partido; mas fora, em toda a parte. É preciso que o homem seja autêntico em toda a parte. Assim como o cristão não pode ser religioso apenas dentro das fronteiras restritas da Igreja que ele pratica mas ele deve ser autêntico na rua, com a família, nas suas atividades profissionais, em toda a parte; também o político deve ser autêntico em toda a parte, não apenas quando pede fato. Não apenas quando ele grita nos comícios eleitorais, não apenas quando ele fala nas praças públicas; quando ele fala nesta Assembleia, mas em toda a parte. Ele deve pleitear uma eleição mas ao fim do seu mandato deve descer as escadarias do Poder que ele ocupou e não ter vergonha de enfrentar os seus eleitores; não ter vergonha de olhar frente a frente os seus eleitores e não ter de baixar os olhos, porque prometeu muita coisa que não cumpriu; ele precisa ser autêntico e verdadeiro. E em nome dessa autenticidade e dessa verdade que nós temos que gritar e defender os princípios; proclamar e agir em toda a parte, que eu encerro estas minhas palavras, dizendo que a ARENA cumpre a sua missão nos dias presentes. (Muito bem). — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 srs. Deputados.

Sobre a mesa Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do sr. Deputado Aginaldo Pereira Lima, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria José de Andrade Vieira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da menor Graziela, filha do sr. Vereador Valdomiro Val. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 280-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem de mais um aniversário do jornal "Diário do Paraná". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Nivaldo Kruger, constante do Expediente, solicitando seja enviada mensagem ao sr. Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, no sentido do largamento das pontes existentes na Rodovia Federal BR-277 trecho Ponta Grossa — Foz do Iguaçu. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 4, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª Discussão — dos Projetos de Lei n.os 56-70; 65-71; 171-71 e 278-71;

2.ª Discussão — dos Projetos de Lei n.os 167-70; 45-71; 234-71 e do Projeto de Resolução n.º 18-71.

1.ª Discussão — dos Projetos de Lei n.os 170-70 e 265-70.

Levanta-se a sessão.